



## CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS OU INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

### 1 SERVIÇOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

- 1.1 CONCEITUAÇÃO
  - 1.1.1 SANEAMENTO BÁSICO
  - 1.1.2 SERVIÇOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS
  - 1.1.3 OUTROS CONCEITOS E DEFINIÇÕES RELEVANTES
- 1.2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
- 1.3 MODELOS DE GESTÃO
  - 1.3.1 GESTÃO DIRETA DO SERVIÇO PELO MUNICÍPIO
    - 1.3.1.1 Prestação direta do serviço
    - 1.3.1.2 Prestação indireta do serviço
  - 1.3.2 GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO
    - 1.3.2.1 Gestão associada por consórcio público
    - 1.3.2.2 Gestão associada por convênio de cooperação
- 1.4 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA SUSTENTABILIDADE
- 1.5 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA REGULAÇÃO
- 1.6 DO CONTROLE SOCIAL

### 2 ASPECTOS LEGAIS

- 2.1 LEI Nº 11.107/2005 E DECRETO Nº 6.017/2007
- 2.2 LEI Nº 11.445/2007 E DECRETO Nº 7.217/2010
- 2.3 LEI Nº 12.305/2010 E DECRETO Nº 7.404/2010
  - 2.3.1 CONCEITOS, DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS RELEVANTES DA PNRS
  - 2.3.2 COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS NA PNRS
- 2.4 DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE
- 2.5 DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS
- 2.6 DA REGULAÇÃO
  - 2.6.1 OBJETIVOS DA REGULAÇÃO
  - 2.6.2 COMPETÊNCIAS REGULATÓRIAS
  - 2.6.3 ÓRGÃOS E ENTIDADES DE REGULAÇÃO
- 2.7 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS
- 2.8 DO CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DOS SERVIÇOS

### 3 PLANEJAMENTO

- 3.1 PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
  - 3.1.1 OBJETIVOS
  - 3.1.2 ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E FINANCEIRA
  - 3.1.3 ASPECTOS DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
  - 3.1.4 ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO



## 3.2 PLANO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS

### 3.2.1 OBJETIVOS

## 3.3 ASPECTOS DA REGULAÇÃO ECONÔMICA DOS SERVIÇOS

### 3.3.1 REGIMES DE COBRANÇA PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 3.3.1.1 Regime de preço público

#### 3.3.1.2 Regime tributário

### 3.3.2 FORMAS DE COBRANÇA PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

#### 3.3.2.1 Regime de cobrança conforme o tipo de serviço

#### 3.3.2.2 Regime de cobrança conforme o regime e forma de prestação dos serviços

## 4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

### 4.1 SERVIÇOS MUNICIPAIS

#### 4.1.1 ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

#### 4.1.2 ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MUNICÍPIOS DE MAIOR PORTE

### 4.2 SERVIÇOS INTERMUNICIPAIS

#### 4.2.1 COOPERAÇÃO FEDERATIVA

#### 4.2.2 GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

#### 4.2.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERMUNICIPAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

##### 4.2.3.1 Organização intermunicipal por convênio de cooperação

##### 4.2.3.2 Organização intermunicipal por consórcio público

### 4.3 PRESTAÇÃO INTEGRADADA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

#### 4.3.1 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

#### 4.3.2 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS

#### 4.3.3 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS

### 4.4 SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES DO SANEAMENTO BÁSICO

## 5 CRIAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

### 5.1 EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

#### 5.1.1 REFERÊNCIAS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

#### 5.1.2 REFERÊNCIAS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS INTERMUNICIPAIS

### 5.2 DIFICULDADES PARA CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

### 5.3 SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

### 5.4 ESTUDOS PRELIMINARES

#### 5.4.1 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS

##### 5.4.1.1 Conteúdo básico do diagnóstico

#### 5.4.2 ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SERVIÇOS

### 5.5 ROTEIRO BÁSICO PARA CRIAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL

#### 5.5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

#### 5.5.2 PLANEJAMENTO TARIFÁRIO

##### 5.5.2.1 Tarifa social

##### 5.5.2.2 Reajuste e revisão tarifária

##### 5.5.2.3 Estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto

### 5.6 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS INTERMUNICIPAIS



- 5.6.1 PROTOCOLO DE INTENÇÕES
- 5.6.2 ESTRUTURA DA GESTÃO ASSOCIADA
- 5.6.3 ETAPAS E PROCEDIMENTOS PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO
  - 5.6.3.1 Etapa 1 - Elaboração dos Diagnósticos Situacionais e Estudos de Viabilidade
  - 5.6.3.2 Etapa 2–Elaboração do Protocolo de Intenções
  - 5.6.3.3 Etapa 3–Processo de convencimento e adesão dos municípios
  - 5.6.3.4 Etapa 4 – Ratificação do protocolo de Intenções pelo poder legislativo
- 5.7 CONSÓRCIOS CONSTITUÍDOS ANTES DA LEI 11.107, DE 2005
- 5.8 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CONSÓRCIO
  - 5.8.1 ESTATUTO SOCIAL
  - 5.8.2 CONTRATO DE RATEIO
  - 5.8.3 ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CONSÓRCIO
    - 5.8.3.1 Etapa 1- Instituição dos órgãos decisórios
    - 5.8.3.2 Etapa 2-Instituição e estruturação do órgão executivo administrativo e operacional
    - 5.8.3.3 Etapa 3 - Contrato de programa
  - 5.9 ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO
  - 5.10 ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO
    - 5.10.1 PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS
    - 5.10.2 EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS
    - 5.10.3 FIXAÇÃO, REAJUSTES E REVISÕES DE TARIFAS E OUTROS PREÇOS PÚBLICOS
    - 5.10.4 CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS DE OUTRAS ENTIDADES
    - 5.10.5 CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIAS E CONTRATOS DE GESTÃO.
    - 5.10.6 RESPONSABILIDADES DOS ADMINISTRADORES
    - 5.10.7 GESTÃO DE PESSOAL
    - 5.10.8 ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E LICITAÇÕES DO CONSÓRCIO

## **6 DA RETOMADA DE SERVIÇOS DELEGADOS**

- 6.1 MOTIVAÇÃO PARA EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO
- 6.2 DIAGNÓSTICO JURÍDICO CONTRATUAL DA DELEGAÇÃO
  - 6.2.1 DELEGAÇÃO MEDIANTE CONCESSÃO REGIDA PELA LEI Nº 8.987, DE 1995
  - 6.2.2 DELEGAÇÃO À EMPRESA ESTADUAL ANTES DA LEI Nº 11.107, DE 2005
  - 6.2.3 DELEGAÇÃO POR CONTRATO DE PROGRAMA REGIDO PELA LEI Nº 11.107, DE 2005
- 6.3 LEVANTAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS